



EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 022/2026.

O **MUNICÍPIO DE ITAQUI** através do **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados a abertura do presente edital de inexigibilidade de licitação para o instrumento auxiliar de **CRENCIAMENTO de CLÍNICAS VETERINÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS E PROCEDIMENTOS CLÍNICOS VETERINÁRIOS EM ANIMAIS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE.**

O credenciamento será executado em conformidade com as normas gerais da Lei Federal n. 14.133/2021 e das disposições previstas no Decreto Municipal n. 9.583/2025 aplicáveis ao procedimento.

Os interessados poderão examinar o presente Edital e seus anexos, bem como tomar conhecimento da documentação necessária para sua formalização por meio do endereço eletrônico <https://www.itaqui.rs.gov.br>.

Este edital terá validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto a ser credenciado é a **Contratação De Clínicas Veterinárias**, conforme descrito na tabela abaixo:

Item	Descrição dos Itens	Limite anual	Unidade	Valor unitário
01	Atendimento clínico de baixa complexidade: Atendimento primário incluindo soro, vitaminas, medicamentos para carrapatos, pulgas ou vermes	150	UN	R\$ 144,50
02	Atendimento clínico de média complexidade: Atendimento primário incluindo soro, vitaminas, medicamentos para carrapatos, pulgas ou vermes, suturas, anestésicos, analgésicos e anti-inflamatório além de ectoparasiticida larvicida e spray cicatrizante, larvicida, antibacteriano e repelente.	200	UN	R\$ 227,50

1.2. Os limites quantitativos indicados na tabela do item são relativos aos produtos fornecidos por todos os credenciados, não havendo garantia de execuções individuais mínimas.

1.3. Especificações gerais comum a todos os itens:

1.3.1 A definição das quantidades e tipos de medicamentos, soros, vitaminas, antiparasitários e demais insumos utilizados em cada atendimento será de responsabilidade da clínica veterinária contratada, conforme avaliação técnica individualizada de cada animal atendido. Devido à natureza variada e imprevisível dos quadros clínicos, especialmente em se tratando de animais errantes ou pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social, caberá ao profissional veterinário determinar, caso a caso, os procedimentos e medicamentos necessários para garantir o tratamento adequado, dentro dos limites definidos pelo tipo de atendimento (baixa ou média complexidade)

1.4. Demais informações constantes no Termo de Referência.

2. CONDIÇÕES PARA CRENCIAMENTO:

2.1. As pessoas jurídicas interessadas em prestar os serviços, objeto deste credenciamento, deverão entregar os documentos indicados no item 3 desse edital através de Processo Eletrônico endereçado ao Setor de Licitações, no Protocolo Web disponível no site <https://www.itaqui.rs.gov.br>.



2.2. O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas nesse edital, durante todo o seu período de vigência.

2.3. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, será adotado, como critério objetivo de distribuição da demanda, o SORTEIO.

2.4. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, bem como no caso de seleção a critério de terceiros, as condições de contratação serão padronizadas, bem como definidos os valores das contratações.

2.5. O objeto do presente credenciamento não poderá ser transferido a terceiros, sem expressa autorização da Administração, hipótese de subcontratação parcial.

2.6. Caberá renúncia do presente credenciamento, por ato unilateral de qualquer das partes, mediante notificação prévia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

2.7. Não poderão participar do credenciamento os interessados que:

- a) Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- b) Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- c) Estiverem suspensos temporariamente de participar de licitações ou impedidos de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos II, III, IV, V, VI ou VII, da Lei 14.133/2021;
- d) Forem declarados inidôneos para contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 155, incisos VIII, IX, X, XI ou XII, da Lei 14.133/2021;
- e) Tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

2.8. A inscrição neste processo de credenciamento se dará por meio do Anexo I, devidamente preenchidos, acompanhado de toda a documentação exigida, e implica aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e atos normativos pertinentes expedidos pela Administração, independente de declaração expressa.

2.9. Os interessados habilitados após análise da documentação apresentada poderão ser credenciados, mediante constatação do preenchimento dos requisitos exigidos no presente Edital e seus anexos.

2.10. Demais informações constantes no Termo de Referência.

3. DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos, em que conste, dentre os seus objetos, a prestação dos serviços indicados no item 1.1;
- b) comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o participante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o participante for pessoa jurídica;
- b) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto;



- c) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do participante, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- f) o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

3.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) certidão negativa, vigente, de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do participante.

3.4. DECLARAÇÕES

- a) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da C.F., conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02 (Anexo III);
- b) Declaração de comprovação, exigida somente para microempresas e empresas de pequeno porte, de enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na LC nº 123/06, conforme Anexo III, ou certidão simplificada do enquadramento de ME ou EPP expedida pela Junta Comercial, com prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição;
- c) Declaração que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou a ata de registro de preços e/ou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Anexo III);
- d) Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do Credenciamento (Anexo III);
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas;
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, ou declaração de isenção (Anexo III);
- g) Declaração de idoneidade da empresa (Anexo III);
- h) Declaração e ausência de vínculo (Anexo III);
- i) Declaração de inexistência de fatos impeditivos (Anexo III);
- j) Declaração de adesão a nota fiscal eletrônica de SERVIÇOS (Anexo III).

3.5. DEMAIS DOCUMENTO PARA HABILITAÇÃO

- a) requerimento de credenciamento, Anexo I desse edital, contendo as seguintes informações:
 - a.1. relação dos serviços que se propõe a realizar;
 - b) proposta preenchida contendo as seguintes informações:
 - b.1. capacidade máxima de atendimento mensal/anual, por atividade, na forma do presente credenciamento;
 - b.2. descrição detalhada dos recursos físicos, materiais e humanos, a serem disponibilizados para a execução dos serviços credenciados, inclusive os equipamentos necessários à realização desses;
 - c) alvará de localização fornecido pelo Município do estabelecimento.



3.6. Os documentos poderão, inicialmente, ser apresentados em original ou por cópia simples. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante servidor da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

4.1. Eventuais pedidos de impugnações ao presente edital de Inexigibilidade de Licitação, deverão ser protocolados através de Processo Eletrônico endereçado ao Setor de Licitações, no Protocolo Web disponível no site <https://www.itaqui.rs.gov.br>, até três dias úteis após a publicação.

5. CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONTRATAÇÃO:

5.1 - Os serviços devem ser prestados por clínicas registradas no CRMV-RS, com capacidade técnica para atendimentos ambulatoriais e emergenciais, internações e procedimentos cirúrgicos;

5.2 - O Profissional deverá ter formação acadêmica, experiência profissional mínima de um ano quando da contratação e a empresa deverá estar em situação REGULAR perante ao CRMV-RS (Apresentar os dados do profissional responsável e situação no CRMV-RS);

5.3 - Empresa legalmente constituída no município de Itaqui.

5.4 - A clínica veterinária deverá possuir alvará sanitário no município de Itaqui válido no momento do credenciamento bem como possuir licenciamento ambiental de acordo com a legislação vigente no estado do Rio Grande do Sul.

5.5 - É VEDADO:

a) o trabalho do credenciado nas dependências ou setores próprios do Município;

b) o credenciamento de profissionais que sejam servidores, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, do Município credenciante, bem como de pessoas jurídicas com as quais esses mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade credenciante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

c) a cobrança direta ao beneficiário de quaisquer valores decorrentes do credenciamento;

5.6 - O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, o fornecimento dos serviços prestados pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento, em casos de mau fornecimento, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;

5.7 - O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente;

5.8 - Não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização prévia e expressa da Administração.

6. DOS RECURSOS:



6.1. O resultado do deferimento ou indeferimento do credenciamento será publicado pelo Município durante a vigência deste Edital, à medida que a análise de que trata essa cláusula for concluída, no endereço eletrônico <https://www.itaqui.rs.gov.br>.

6.2. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação enviada, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da divulgação, observadas as seguintes determinações:

6.2.1. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação enviada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso.

6.2.2. A Autoridade Máxima poderá decidir pela reconsideração ou manutenção da decisão, devendo, neste caso, expedir decisão definitiva no prazo máximo de 3 (três) dias úteis.

6.2.3. Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderão interpor recurso.

6.2.4. Serão reconhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios.

6.2.5. Os resultados dos recursos interpostos serão divulgados por meio do endereço eletrônico <https://www.itaqui.rs.gov.br>.

7. DA FORMALIZAÇÃO:

7.1. O credenciamento será formalizado mediante termo próprio, conforme Anexo II, contendo as cláusulas e condições previstas neste edital, bem como aquelas previstas no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, que lhe forem pertinentes.

7.2. O termo de credenciamento, após sua formalização, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e demais normas de saúde regulamentadoras dos respectivos serviços prestados. Entretanto, se no curso da execução houver indício de violação contratual pelo credenciado, fica facultado ao CREDENCIANTE suspender temporariamente a prestação de serviços prevista no termo de credenciamento, até o término do processo administrativo instaurado para apuração dos fatos supostamente irregulares/indevidos.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.1. O pagamento dos serviços será efetivado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

8.2. Todos os serviços serão pagos de acordo com os valores constantes na tabela do item 1.1.

8.3. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da autorização da prestação do serviço, emitido pelo Secretário de Agricultura, devidamente assinada, e ateste de que o fornecimento foram realizados de acordo com os valores constantes da tabela de preços, conforme item 1, acompanhada do documento fiscal idôneo emitido pelo credenciado.

8.4. A documentação indicada no item anterior deverá ser entregue na Secretaria de Agricultura do Município, até o 5º quinto dia útil de cada mês, sendo que o pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias úteis após o seu recebimento e confirmação da prestação dos serviços pelo fiscal designado pela Administração.

8.5. Os critérios, documentação, condições e prazos necessários para apresentação de faturas, contas referentes ao fornecimento prestado, bem como os prazos para liquidação das contas, estão estabelecidos no termo de credenciamento de prestação de serviços.



8.6. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da Inexigibilidade e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

8.7. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPC-A do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

8.8. A despesa correrá na dotação orçamentária indicada previamente a emissão do empenho.

8.9 Quando da emissão da nota fiscal, as retenções obrigatórias conforme a legislação deverão ser evidenciadas, bem como a retenção do Imposto de Renda (IR) que deverá ser procedida em favor do Município de Itaqui, em observância ao disposto no Decreto Municipal 8.493 de 09 de maio de 2022, disponível no sítio oficial www.itaqui.rs.gov.br na aba legislação.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. Para atender as despesas decorrentes do credenciamento dos serviços deste edital, serão utilizados recursos próprios em conformidade com a dotação orçamentária abaixo:

Órgão:	9	SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	5	GESTÃO AMBIENTAL
Função:	18	GESTAO AMBIENTAL
Subfunção:	542	CONTROLE AMBIENTAL
Programa	106	BEM-ESTAR ANIMAL
Proj./Atividade:	2375	ATENDIMENTOS VETERINÁRIOS DIVERSOS
Elemento:	3.3.3.9.0.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
Recurso:	1500 - 0001	Recursos não Vinculados de Impostos
Complemento:	0	NÃO SE APLICA
Reduzido:	7294	

10. DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:

10.1. O Município realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio do **Gestor** Lucian Del Fabbro, **Fiscal** Eduardo Trindade Viosa e **Suplente** Tatiana de Matas Soares, conforme Portaria de Fiscalização nº 32/2024, devendo as intercorrências serem registradas em relatórios anexados ao processo do credenciado.

10.2. A fiscalização ou o acompanhamento previsto neste item não excluem e não reduzem a responsabilidade dos credenciados por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Nos termos do art. 155 da Lei Nacional nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo descumprimento de quaisquer obrigações assumidas perante a Administração, o credenciado, a quem será garantida prévia defesa, ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantindo-se contraditório e ampla defesa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100 - ramais 230/231

E-mail licita@itaqui.rs.gov.br

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto contratado;
- c) impedimento de contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade do participante, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 11.1. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto contratado;
- c) impedimento de se credenciar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para ser contratado no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 11.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

11.4. O termo de credenciamento poderá ser rescindido por ato formal e unilateral pela Administração, nos casos enumerados no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021, observado o art. 138 da mesma norma, assegurado o contraditório e ampla defesa do contratado.

11.5. No caso da rescisão prevista no item anterior, a Administração deverá comunicar o credenciado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a formalização do descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam a este, quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

11.6. Também são causas de rescisão do termo de credenciamento a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no presente Edital e no respectivo termo, bem como a prática de atos que caracterizem má-fé em relação à Administração ou ao beneficiário, sem prejuízo das causas previstas na Lei 14.133/2021.

12. DA DENÚNCIA E DO DESCREDENCIAMENTO

12.1. A presente relação de credenciamento poderá ser denunciada, a qualquer tempo, por qualquer das partes, respeitados os prazos e condições fixados no edital de inexigibilidade de licitação que deu origem a este instrumento.

12.2. A Administração Pública poderá promover o descredenciamento do(a) CREDENCIADO(A) nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento das condições estabelecidas neste edital ou no regulamento;
- b) Prática de ato contrário à ordem jurídica vigente;
- c) Conduta que atente contra os objetivos do procedimento de credenciamento ou que comprometa a adequada prestação dos serviços objeto deste Edital;

12.3. O descredenciamento deverá observar o devido processo legal, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal.



13. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS E REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES:

13.1. Os preços poderão ser alterados, na forma de reajuste em sentido estrito, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro consistente na aplicação do índice de correção monetária, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, observado o princípio da anualidade, a cada período de 12 meses, a contar da data do orçamento estimado, sendo esta a data de abertura do processo eletrônico solicitando o credenciamento.

13.2. O índice a ser utilizado será o IPC-A.

13.3. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

13.4. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

13.5. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. O extrato do presente Edital será disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.itaqui.rs.gov.br>, sendo de inteira responsabilidade do interessado acompanhar as informações e os resultados divulgados.

14.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou envio de documentação relativa ao presente Edital, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de credenciamento.

14.3. A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte do interessado, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua exclusão do certame.

14.4. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

14.5. Demais informações serão prestadas aos interessados no horário das 07h às 13h, na Prefeitura Municipal de Itaqui, no Setor de Licitações, ou pelo e-mail dispensas@itaqui.rs.gov.br.

14.6. A partir da publicação deste Edital, tornam-se sem efeito as habilitações dos prestadores credenciados nos editais anteriores, podendo os prestadores caso queiram se credenciar, cumprir as cláusulas do presente Edital.

14.7. Fica eleito o Foro da comarca de Itaqui, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste instrumento.

Município de Itaqui/RS, 18 de maio de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100 - ramais 230/231

E-mail licita@itaqui.rs.gov.br

ANEXO I – Requerimento de Credenciamento;

ANEXO II – Minuta de Termo de Credenciamento;

ANEXO III – Declarações;

ANEXO IV – Termo de Referência;